

ESTADO DE MATO GROSSO

PODER JUDICIÁRIO

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

**Número Único:** 1025956-46.2022.8.11.0002

**Classe:** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)

**Assunto:** [Tratamento médico-hospitalar]

**Relator:** Des(a). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES

**Turma Julgadora:** [DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). CARLOS ALBERTO ALVES DA

**Parte(s):**

[UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO - CNPJ: -----

(EMBARGANTE), ----- - CPF: ----- (ADVOGADO), LAYLA

GABRIELA ASSUNCAO SOBRINHO - CPF: ----- (EMBARGADO), COLUMBANO FEIJO - CPF: -----  
(ADVOGADO)]

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: **POR UNANIMIDADE, EMBARGOS REJEITADOS.**

**E M E N T A**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – PLANO DE SAÚDE – CIRURGIA PLÁSTICA CORRETIVA PÓS-BARIÁTRICA – CONTINUIDADE DO TRATAMENTO – INDICAÇÃO MÉDICA – COBERTURA DEVIDA – DIREITO CONSTITUCIONAL À VIDA E À SAÚDE – DANO MORAL CONFIGURADO - VÍCIOS DO ARTIGO 1.022 DO CPC INEXISTENTES – REDISCUSSÃO – **EMBARGOS REJEITADOS.**

Nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, podem ser opostos embargos de declaração quando houver erro material, obscuridade, contradição ou omissão no acórdão. Todavia, não é viável tal modalidade de recurso com a finalidade de rediscutir os fundamentos do ato judicial embargado.

## **TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 1025956-46.2022.8.11.0002**

**EMBARGANTE: -----**

**EMBARGADA: -----**

### **RELATÓRIO**

EXMA. SRA. DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES (RELATORA)

Egrégia Câmara:

Trata-se de embargos de declaração opostos por

-----, em face de acórdão desta Câmara (id. 315408353), que, por unanimidade, negou provimento ao recurso de apelação, mantendo a sentença vergastada.

A embargante alega que ao rejeitar a preliminar de cerceamento de defesa sob o fundamento de suficiência da prova documental, o acórdão deixou de analisar que a própria tese fixada pelo Superior Tribunal de Justiça prevê, em caso de “dúvidas justificadas e razoáveis” quanto ao caráter estético ou reparador das cirurgias, sendo imprescindível a produção de prova pericial imparcial no caso concreto.

Invoca, ainda, os arts. 927, III, e 1.039 do CPC, bem como o art. 5º, LV, da Constituição Federal, ao argumento de que o julgamento violou os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Requer o reconhecimento da omissão para que seja sanado o vício, atribuindo-se, inclusive, efeitos infringentes ao julgado, com a consequente anulação da decisão colegiada e da sentença de primeiro grau, determinando-se o retorno dos autos à origem para a devida instrução probatória, notadamente a realização de perícia médica. Subsidiariamente, postula o prequestionamento expresso dos dispositivos legais e constitucionais suscitados (Id. 317529362)

Em contrarrazões, a embargada sustenta que os embargos de declaração possuem hipóteses taxativas (art. 1.022 do CPC) e não se prestam à rediscussão do mérito já analisado.

Afirma inexistir qualquer omissão, obscuridade ou contradição no acórdão embargado, que teria enfrentado de forma clara e fundamentada toda a controvérsia.

Ressalta que a documentação juntada aos autos, consistente em relatórios médicos e laudos apresentados pela autora, foram suficientes para comprovar o caráter reparador das cirurgias, não havendo dúvida a ser dirimida.

Alega, ainda, que a negativa administrativa da operadora foi genérica e sem respaldo técnico-científico, motivo pelo qual não se configura cerceamento de defesa nem a necessidade de produção de prova pericial.

Por fim, argumenta que o pedido de prequestionamento não justifica nova manifestação judicial, pois o acórdão já apreciou adequadamente a matéria. Requer, assim, o desprovido dos embargos de declaração (Id. 318845393).

É o relatório.

## **VOTO**

EXMA. SRA. DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES (RELATORA)

Egrégia Câmara:

Consoante relatado, trata-se de embargos de declaração opostos por —, visando sanar omissão constante no v. acórdão, que restou assim ementado:

*“APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C REPARAÇÃO DE DANOS – PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA REJEITADA – MÉRITO – PLANO DE SAÚDE – CIRURGIA PLÁSTICA CORRETIVA PÓS-BARIÁTRICA – CONTINUIDADE DO TRATAMENTO – INDICAÇÃO MÉDICA – COBERTURA DEVIDA – DIREITO CONSTITUCIONAL À VIDA E À SAÚDE – DANO MORAL CONFIGURADO – DEVER DE INDENIZAR – FIXAÇÃO DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS DE RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO.*

*Havendo elementos suficientes para a formação da convicção do julgador e solução do litígio, a magistrada pode julgar antecipadamente a lide, não havendo que se falar em cerceamento do direito de defesa.*

*O plano de saúde não pode se recusar a custear o procedimento cirúrgico indicado pelo médico que acompanha a paciente, sobre o fundamento de ausência de cobertura por não constar no rol da ANS, haja vista que não cabe à cooperativa delimitar o tratamento para a doença objeto da cobertura contratual, cuja adequação é atribuição do profissional que*

*assiste o paciente, sobretudo por tratar de medida urgente, aliado ao direito fundamental à vida, bem maior a ser protegido.*

*“A cirurgia plástica reparadora em decorrência de cirurgia bariátrica não possui caráter meramente estético, mas visa solucionar um problema de saúde que certamente está causando danos de ordem física e psicológica ao beneficiário” (N.U 100010353.2022.8.11.0093, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, DIRCEU DOS SANTOS, Terceira Câmara de Direito Privado, Julgado em 05/07/2023, Publicado no DJE 13/07/2023).*

*Incorre em ato ilícito a indevida recusa de cobertura do atendimento médico-hospitalar. Há nexo de causalidade entre a conduta de recusar a cobertura e o resultado suportado pela beneficiária, quais sejam, transtornos, angústia, abalo psicológico de monta imensurável, mormente por se tratar da própria saúde.*

*O arbitramento do valor da indenização decorrente de dano moral deve ser feito de acordo com os aspectos do caso, sempre com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos e à capacidade econômica das partes.*

Para tanto, a embargante sustenta que ao rejeitar a preliminar de cerceamento de defesa sob o fundamento de suficiência da prova documental, o acórdão deixou de analisar que a própria tese fixada pelo Superior Tribunal de Justiça prevê, em caso de “dúvidas justificadas e razoáveis”, quanto ao caráter estético ou reparador das cirurgias, sendo necessária a realização de prova pericial.

Em que pese os argumentos do embargante, razão não lhe assiste, isso porque, o acórdão bem analisou a questão posta em juízo, a qual transcrevo parte que interessa:

*“Inicialmente, a apelante Unimed suscita a preliminar de nulidade da sentença, alegando o cerceamento de defesa, sob a justificativa que se faz necessária a produção de prova pericial médica para comprovar a natureza reparadora do procedimento pleiteado.*

*Ocorre que não há que falar em cerceamento de defesa, pois, sendo o juiz o destinatário da prova, cabe a ele aferir a necessidade da realização desta, eis que o nosso ordenamento jurídico brasileiro consagra o princípio do livre convencimento fundamentado do juiz.*

*No caso 'sub judice' impõe-se reconhecer que os elementos constantes dos autos se apresentam suficientes para a formação do convencimento do julgador, inexistindo o alegado cerceamento de defesa”.*

Desse modo, evidencia-se a pretensão da parte embargante em rediscutir as

questões já apreciadas, com um nítido propósito de reexame da matéria, o que não se admite nas vias estreitas dos embargos declaratórios.

A propósito, segue entendimento jurisprudencial a respeito do assunto:

*“DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. ALEGADA OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.*

#### *I. CASO EM EXAME*

*Embargos de declaração opostos por ambas as partes contra acórdão que negou provimento ao recurso da instituição financeira e deu parcial provimento ao recurso adesivo do autor, apenas para fixar o termo inicial dos juros moratórios. As partes alegam, respectivamente, omissões quanto à compensação e aos honorários advocatícios.*

#### *II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO*

*Há duas questões em discussão: (i) saber se o acórdão embargado incorreu em omissão, contradição ou obscuridade quanto à compensação dos valores pagos e aos juros moratórios; e (ii) saber se, no caso de provimento parcial do recurso adesivo, é cabível a majoração dos honorários advocatícios, nos termos do art. 85, § 11, do CPC.*

#### *III. RAZÕES DE DECIDIR*

*O acórdão enfrentou expressamente as questões relativas à compensação e aos juros moratórios, não havendo omissão ou obscuridade.*

*A jurisprudência do STJ firmou entendimento no Tema Repetitivo nº 1.059, no sentido de que a majoração dos honorários de sucumbência pressupõe o desprovimento integral do recurso. Assim, não se aplica ao caso de provimento, ainda que parcial, do recurso adesivo.*

*Os embargos demonstram intenção de rediscutir matéria já decidida, finalidade para a qual não se prestam os embargos de declaração.*

#### *IV. DISPOSITIVO E TESE*

*Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.*

*Tese de julgamento: “1. Não há omissão, contradição ou obscuridade quando o acórdão examina expressamente os pontos controvertidos. 2. A majoração dos honorários advocatícios, prevista no art. 85, § 11, do CPC, não se aplica quando há provimento, ainda que parcial, do recurso.” (N.U 1002042-93.2023.8.11.0041, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, Terceira Câmara de Direito Privado, Julgado em 06/07/2025, Publicado no DJE 06/07/2025).*

Nessa senda, ainda que com o fim único de prequestionamento, objetivando a interposição dos Recursos Especial e Extraordinário, os embargos não comportam revisão da matéria, de modo que devem obedecer aos requisitos do artigo 1.022 do CPC.

Diante do exposto, **REJEITO** os embargos de declaração.

Por fim, **advirto** a parte embargante que a reiteração da tese aqui afastada ensejará a aplicação da sanção descrita no artigo 1.026, § 2º, do CPC.

É como voto.

**Data da sessão:** Cuiabá-MT, 08/10/2025

Assinado eletronicamente por: ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES



<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDBLPLDDZWH>

PJEDBLPLDDZWH